



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PARECER

PROJETO DE LEI N. 122/2020

PROPONENTE: Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

Dispõe sobre o Turismo de Aventura no Estado do Amazonas.

I – RELATÓRIO

De autoria da Deputada Mayara Pinheiro Reis, o Projeto de Lei Nº 122/2020 Dispõe sobre o Turismo de Aventura no Estado do Amazonas.

O projeto em epígrafe esteve em pauta nas reuniões ordinárias nos dias 24, 25 e 26 de março de 2020. Não foram apresentadas emendas ou substitutivos à demanda.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se manifestou favorável à sua aprovação.

Nesta oportunidade, a propositura vem a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo-me, na qualidade de Relator, apreciá-la quanto aos aspectos definidos no artigo 27, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

II – ANÁLISE

A proposta visa destacar o crescimento do turismo de aventura em várias localidades do Estado, é preciso, pois, estabelecer critérios para realização das atividades proposta nessa modalidade. O turismo se destaca, também, quando possibilita um contato mais direto da população com a natureza, conciliando, lazer com preservação ambiental.

A Constituição Federal de 1988 elucida:

Art. 215. O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585

✉ dep.ricardonicolau@aleam.gov.br 📱 @deputadoricardonicolau 📺 @ricardonicolau





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

desenvolvimento social e econômico, definindo sua política, obedecendo às diretrizes.

Quanto à competência subjetiva da matéria em apreço, verifica-se sua subjunção aos preceitos constitucionais constantes do artigo 61, caput, da Constituição Federal, que atribui a competência concorrente para iniciativa no processo legislativo sobre a matéria em questão, competência esta na qual estão incluídos os parlamentares, bem como nos termos do artigo 33, §1º da Constituição Estadual e artigo 87, I, do Regimento Interno desta Casa, pontuo não existir óbices à propositura da demanda.

Por fim, no que tange o aspecto financeiro da demanda, o projeto não traz impacto financeiro no orçamento do Estado, enquadrando-se na Lei Orçamentária para o ano de 2022.

Assim sendo, a propositura apresenta compatibilidade e adequação com a Lei Orçamentária para o ano de 2022. Esta, consequentemente, está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, e nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea “b”.

III- VOTO

Ante o exposto, em vista do que compete a Comissão de Assuntos Econômicos analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Nº 122 de 2020.

S.R DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 02 de maio de 2022.

DEPUTADO RICARDO NICOLAU

RELATOR





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - EM 14/06/2022 11:47:38
DERMILSON CARVALHO DAS CHAGAS - EM 07/06/2022 13:26:20
SAULLO VELAME VIANNA - EM 05/05/2022 12:06:28
LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 05/05/2022 11:36:27

